

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**

ANO 03 - Nº 30 - OUTUBRO 2018

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

O *Boletim de Análise da Conjuntura* traz, em sua edição de outubro, uma ampla cobertura do período em que o principal acontecimento foram as eleições gerais no Brasil. Na seção **Golpe contra o Estado** se informa que a Petrobras e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) anunciaram, respectivamente, um acordo com os chineses para a conclusão do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e a flexibilização da política de conteúdo nacional. Nos dois casos o que se observa é o risco de desnacionalização de importantes setores econômicos com prováveis efeitos nocivos sobre o desenvolvimento do país.

O tema **Internacional** apresenta um panorama mundial do fascismo desde suas origens, no começo do século 20, até atualmente em países como Estados Unidos, Israel, Itália, Hungria e Polônia, entre outros. Mostramos que o discurso de Bolsonaro não é novo e, na realidade, é muito parecido com outras experiências pelo globo.

Em **Política e Opinião Pública**, se faz uma ampla cobertura do desempenho do PT nas eleições desse ano, no âmbito nacional, estadual e nas proporcionais. Comparam-se os resultados obtidos nessa eleição aos alcançados em outras, desde 2002, em especial no Nordeste, onde o partido obteve seu melhor desempenho.

Na seção **Social** o foco é a política de austeridade do governo Michel Temer e a reforma trabalhista, que continuam sem conseguir fazer o Brasil crescer e gerar empregos. O alto desemprego, o alto desalento, o crescimento da precarização e da pobreza provam que o país precisa mudar sua política econômica.

Em matéria de **Economia** fica claro que o último trimestre de 2018 permanecerá no mesmo ritmo que iniciou o ano. Os setores de atividade continuam alternando resultados positivos e negativos, com o comércio apresentando o melhor desempenho, a produção industrial levemente melhor que no ano anterior e o setor de serviços ainda próximo da estabilidade. Com isso, a cada dia fica mais evidente a inadequação do instrumental da ortodoxia econômica para lidar com uma economia complexa e periférica como a brasileira, em especial em quadro de prolongada debilidade da demanda agregada.

A seção **Territorial** faz um estudo que compara o desempenho eleitoral de PT e do PSL no primeiro turno das eleições presidenciais. Os resultados apontam melhor performance de Haddad em municípios de pequeno porte, além de associar seu comportamento eleitoral com variáveis socioeconômicas predominantes nos municípios, tais como emprego, escolaridade e nível de pobreza.

Em **Comunicação**, analisa-se a imagem do presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, na imprensa internacional, que enfatiza seu caráter racista, machista, homofóbico e o expõe como grande ameaça à democracia no Brasil. Também traz uma síntese dos editoriais dos principais grupos da imprensa tradicional brasileira após a eleição. A comparação de ambos os posicionamentos leva à constatação óbvia da colaboração da mídia nacional para que o representante da extrema direita tenha chegado à presidência.

Finalmente, na parte de **Movimentos Sociais** se afirma que a palavra de ordem após o resultado do processo eleitoral é resistência. Os desafios que os movimentos sociais enfrentarão no próximo período podem se resumir em: defesa da própria existência democrática, defesa dos direitos e construção de um projeto de nação alternativo ao vencedor nas urnas. Não serão dias fáceis. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro talvez seja a primeira de um presidente após a redemocratização do Brasil em que o próprio eleito precisará ser lembrado das regras do jogo democrático e especialmente do necessário respeito ao resultado do processo eleitoral.



GOLPE CONTRA O ESTADO



A Petrobras diminuiu a exigência de conteúdo nacional em dois importantes e grandes projetos. As alterações foram feitas a pedido de empresa estrangeiras, como condição para assinar contratos. Em outubro, a estatal brasileira e a ANP anunciaram, respectivamente, um acordo com os chineses para a conclusão do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e a flexibilização da política de conteúdo nacional. Nos dois casos, o que se observa é o risco de desnacionalização de importantes setores econômicos.

Desnacionalização da petroquímica e flexibilização do conteúdo nacional

A Petrobras anunciou a assinatura de um acordo de modelo de negócios com a China National Petroleum Corporation International (CNPCI), subsidiária da CNPC, para a retomada das obras na refinaria do Comperj e investimentos de revitalização nos campos de petróleo da área de Marlim.

Com as obras suspensas há cerca de dois anos, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) tornou-se um dos símbolos da crise brasileira recente. Em 2014, a queda no preço dos barris de petróleo no mercado internacional, combinada com a deflagração da Operação Lava Jato, atingiram diretamente os projetos do Comperj. A construtora Queiroz Galvão, encarregada da obra, decidiu quebrar o contrato alegando que o valor firmado com a estatal não seria suficiente para cobrir os custos. A entrada da CNPC amplia a participação chinesa no Comperj, uma vez que a Shandong Kerui já havia

sido contratada pela estatal brasileira para concluir as obras do complexo.

O acordo, no caso da área de Marlim, segundo nota divulgada pela Petrobras, define “a participação de 20% da CNPC no cluster de Marlim (concessões de Marlim, Voador, Marlim Sul e Marlim Leste), ficando a Petrobras com 80% de participação e mantendo-se como operadora”. Conforme o comunicado, o petróleo da área de Marlim “tem características perfeitamente adequadas ao processamento na refinaria do Comperj, que foi projetada para óleos pesados e com alta conversão”.

Desde 2013, a Petrobras e a CNPC são parceiras na área de Libra, localizada na área do pré-sal da Bacia de Santos e que foi objeto do primeiro contrato no regime de acordo de partilha de produção. Em 2017, o consórcio formado pela Petrobras (opera-

dora, com participação de 40%), CNPC (com 20%) e BP (com 40%) foi o vencedor do Bloco de Peroba, um dos mais disputados do quarto leilão do pré-sal promovido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Se por um lado a parceria é vantajosa no sentido de concluir alguns projetos importantes para a Petrobras, por outro o novo acordo traz mais uma vez a discussão sobre a venda de ativos da estatal brasileira a outras empresas estratégicas estrangeiras do ramo.

Tendo em vista que a gestão dos recursos naturais tem sido encarada pelos principais produtores de petróleo como uma questão estratégica de segurança nacional, a parceria comercial com uma estatal chinesa suscita quais vantagens o país teria, ainda mais em um cenário onde há participação cada vez maior de empresas internacionais nessas áreas, sobretudo chinesas e estadunidenses.

No mesmo período, a ANP aprovou 52 termos aditivos de contratos de exploração e produção de petróleo e gás referentes ao seu conteúdo local. Esse número equivale a 18,3% de todos os pedidos apresentados pelas petroleiras para aderir às novas regras de redução dos percentuais de conteúdo local. As consequências podem ser irreparáveis.

Os impactos das novas regras têm repercussão negativa iminente, uma vez que ameaçam as conquistas já realizadas nas indústrias relacionadas, como a naval, por exemplo. Além disto, prejudicam e desarticulam a cadeia produtiva e técnica do país, além de incentivar a importação de máquinas e equipamentos, desequilibrando a balança comercial brasileira.

Do total de cláusulas flexibilizadas, 48 termos já foram publicados no Diário Oficial da União e quatro encaminhados para publicação. Há doze pedidos também analisados, mas que aguardam assinatura dos termos aditivos. Foram 284 contratos com pedido de revisão pelas petroleiras, em meio aos trezentos que poderiam migrar para as novas regras.

A ANP publicou, em abril, uma resolução que abria a possibilidade de redução dos percentuais de conteúdo local de contratos vigentes. Esta medida também regulamentou o waiver, ou pedido de isenção do cumprimento dos índices de nacionalização,

para as empresas que não optassem por diminuir estes índices em seus contratos. Ou seja, a ANP abriu duas possibilidades para as petrolíferas: manter os percentuais vigentes anteriormente de conteúdo local, assim podendo pedir waiver nos contratos caso não conseguissem cumprir com o acordado; ou diminuir os índices, porém sem possibilidade futura de pedir waiver.

Na prática, as petrolíferas que não atingirem agora o novo percentual estipulado, o qual é expressivamente menor que anteriormente, terão que pagar multa por não cumprirem o contrato. Caso a empresa opte por não rever o índice, ela poderá pedir waiver futuramente.

Os novos índices são de 18% para a fase de exploração, 25% para construção de poço, 40% para coleta e escoamento e 40% para engenharia, máquinas e equipamentos e na construção, integração e montagem de plataformas. Antes da 14^a Rodada de Concessões, estes números eram de 37% na fase de exploração e 65% na etapa de desenvolvimento de produção.

Entre os aditivos contratuais já assinados, o que chama mais atenção é do projeto de Libra, operado pela Petrobras no pré-sal da Bacia de Santos. Outro campo também é o de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos.

Em estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), intitulado “A política de conteúdo local na indústria de petróleo e gás natural”, evidenciou-se que a retirada das regras de conteúdo local que vigoravam em fevereiro de 2017 diminuiria os impactos do investimento na economia, com redução em dezessete vezes na produção de bens e serviços e na arrecadação de tributos; treze vezes na geração de PIB; e onze vezes na geração de empregos e salários.

Embora a redução do conteúdo local e novas regras sejam recentes, o impacto negativo destas ações são iminentes, pois ameaçam as conquistas já realizadas no setor, como o desenvolvimento tecnológico proveniente da cadeia produtiva e técnica no país e a formação de clusters nacionais, as quais são decorrentes de um processo histórico de construção e de investimento contínuo para atender às demandas do setor de petróleo e gás brasileiro.

Além de desarticular as cadeias produtivas intensivas em tecnologias e ameaçar os clusters nacionais pioneiros em tecnologias do setor em petróleo e gás, as novas regras de conteúdo local induzem a importação de máquinas, equipamentos e tecno-

logia para o atendimento da demanda, e, por conseguinte, tornam ainda mais caótica a situação de desemprego no país.



acesse
o canal **teveFPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

INTERNACIONAL



Esta seção apresenta um panorama mundial do fascismo desde suas origens, no começo do século 20, até atualmente em países como Estados Unidos, Israel, Itália, Hungria, Polônia, entre outros. Mostra que o discurso de Bolsonaro não é novo e, na realidade, é muito parecido com outras experiências pelo globo.

A onda fascista em que Bolsonaro surfa

Existem aqueles que ainda não perceberam o perigo que a ascensão de Bolsonaro representa, há os que dizem que o que ele fala fora de contexto é brincadeira e que a Constituição irá controlá-lo. Certamente, os que possuem essa percepção não têm uma concepção clara do que o candidato e seus correligionários representam se colocados num contexto global.

No início do século 20, a concorrência imperialista provocou a Primeira Guerra Mundial e o liberalismo econômico sem controle da época. O chamado “Laissez Faire”, gerou a crise econômica de 1929, bem como a depressão dos anos seguintes. Grosso modo, a destruição provocada pela Primeira Guerra Mundial e a ânsia, particularmente da França, em punir a Alemanha derrotada, somadas à crise econômica dos anos 1920, causou graves problemas sociais e, conseqüentemente, políticos, que levaram à ascensão de regimes fascistas neste e em vários outros países

na década de 1930, assim como à deflagração da Segunda Guerra Mundial ao final da década.

Esse regime político que vigorou na época em países como a Itália, Alemanha, Polônia, Japão, Espanha, Portugal e até no Brasil, a partir da implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, tinha como características principais o militarismo, governos ditatoriais e anticomunistas, além de um corte nacionalista que incluía Estados fortes e centralizados e a promoção do desenvolvimento econômico nacional.

Quando o regime foi derrotado, ao término da Segunda Guerra Mundial, o liberalismo econômico estava desmoralizado também, conforme demonstraram os resultados de várias eleições como, por exemplo, a britânica, e os vencedores adotaram um regime classificado por John Ruggie de “liberalismo embutido”. Isso ocorreu com normas de proteção social constituídas, particularmente, pelos partidos social democratas e democratas cristãos, em alian-

ça com o movimento sindical, formando o *Welfare State* (Estado de bem-estar social) nos países industrializados, que perdurou durante os “trinta anos de ouro do capitalismo”.

O debate político sobre a característica dos regimes democráticos nesse período desenvolveu-se, principalmente, sob a ótica da realização ou não de eleições livres, bem como da existência de instituições de Estado independentes e liberdade de expressão, o que excluía os países do regime do “socialismo real” e as ditaduras civis e militares de partidos únicos. Entretanto, apesar disso, nenhum governo “não democrático” era considerado como fascista clássico.

Como disse Karl Marx, a história somente se repete como farsa. A partir da crise de 2008 e de todas suas consequências econômicas graves, cresceu pelo mundo a onda fascista, pois desde os anos 1970 os governos dos países centrais não sustentaram mais os regimes de *Welfare State* e as mazelas sociais retornaram, assim como seus desdobramentos políticos. O mais criativo que os partidos social democratas conseguiram elaborar como alternativa foi a chamada “Terceira Via”, combinando austeridade financeira e ajustes neoliberais com a manutenção de alguns direitos de menor alcance, o que não satisfaz a maioria das populações dos países centrais.

Estados Unidos, Itália, Hungria e Polônia são alguns exemplos atuais onde governantes fascistas se instalaram com maior força, embora eleitoralmente os partidos de extrema direita também estejam em crescimento em outros países desenvolvidos como Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega e Suécia. Sua presença frente a governos de países como Filipinas, Turquia e Israel requerem explicações mais amplas.

No entanto, embora todos eles compartilhem ideais autoritários e nacionalistas com seus antepassados Mussolini, Hitler, Pilsudski, Franco e Salazar, entre outros, seu nacionalismo não é de modo algum desenvolvimentista. Pelo contrário. Tanto o fascismo do passado, quanto o atual, mantêm vínculos profundos com empresas que financiam ambos e se beneficiavam e se beneficiam das políticas de seus próceres, mas o fascismo atual se apoia no neoliberalismo e no capital internacional e não no

desenvolvimento nacional.

Temas como direitos humanos, liberdade de expressão e instituições republicanas, que nos anos 1930 já eram desprezados pelos fascistas, voltaram a sê-lo. Os personagens mencionados acima eram chamados de “líderes” pelos seus seguidores, no caso de Mussolini “Il Duce” e Hitler “Die Führer”, e Bolsonaro é chamado pelos seus fãs de “Líder Supremo” nas redes sociais. Agora, se soma ao desprezo por estes temas a rejeição a políticas públicas de proteção social e a defesa dos direitos dos setores sociais mais vulneráveis como mulheres, negros, indígenas, imigrantes, LGBTQs, entre outros.

O caso de Donald Trump nos Estados Unidos é o mais visível e não é à toa já que o republicano passou a controlar a partir de 2017 o *hegemon* do sistema internacional. Seu governo tem sido perturbado, alvo de polêmicas e já se considerou seu impeachment. O discurso de Trump é xenófobo, machista e homofóbico. Suas atitudes comprovam isso, além da insistência na construção do muro na fronteira com o México. A última foi a nomeação e aprovação de um juiz para a Suprema Corte acusado de ter abusado sexualmente de mulheres e a proposta de excluir as pessoas transgêneras da proteção da legislação federal.

Um dos principais aliados no cenário internacional dos Estados Unidos, Israel, também é um caso clássico. Apoiado no sionismo que defende a criação de um Estado judaico e sua autodeterminação, este país construído após a Segunda Guerra Mundial vem empreendendo desde então o genocídio dos palestinos. O exército israelense, bancado pelos americanos, é a ferramenta fundamental disso e da contínua expansão do território ao custo de milhares de vidas palestinas. Vale lembrar que uma relação mais estreita entre Brasil e Israel está nos planos de Bolsonaro e que o candidato é apoiado pelos defensores do país. É comum em manifestações dos “bolsonaristas” vermos bandeiras israelenses.

Na Europa, se considerarmos a União Europeia, que por si só já deveria ser um órgão internacional que defende a democracia liberal, há três países que se destacam hoje por terem governos autoritários e opostos aos imigrantes: Itália, Hungria e Polônia. Cronologicamente falando, o primeiro deles a cair

na mão da extrema-direita foi a Hungria em 2010, com a vitória do partido União Cívica Húngara do primeiro-ministro Viktor Orbán.

Em seguida, no ano de 2015, ocorreu a vitória do partido Lei e Justiça na Polônia que, desde 2017, tem como primeiro-ministro Mateusz Morawieck. Neste ano as eleições italianas consagraram a vitória dos partidos Liga Norte e Movimento 5 Estrelas. Eles se coligaram, se apresentaram como antissistema e discursaram contra a imigração. O primeiro-ministro é Giuseppe Conte, mas quem sempre está nos noticiários devido à retórica fascista é Matteo Salvini, líder do Liga Norte e atual ministro do Interior.

Nos três casos as semelhanças com o que ouvimos e vemos no Brasil atualmente são claras e têm gerado críticas da União Europeia. Orbán, por exemplo, apresentou recentemente um programa educacional que exclui do currículo escolar os estudos sobre gênero, o que seria, guardada as devidas proporções, uma espécie de “Escola sem partido” húngara. Isso também ocorreu na Polônia, onde qualquer menção a educação sexual foi vetada, dando lugar a uma grade extremamente nacionalista.

No caso da Hungria, o governo se recusa em receber imigrantes e criminaliza quem tenta ajudar os imigrantes ilegais. O governo polonês também tem praticado sucessivos abusos de poder, como uma reforma da Justiça que aposentou compulsoriamente cerca de trinta juízes da Suprema Corte.

Na Itália, Salvini, que inclusive já declarou apoio a Bolsonaro, vira notícia quase toda vez que resolve falar ou tomar ação sobre os imigrantes. Um de seus projetos era expulsar cem mil imigrantes por ano, o outro era fazer recenseamento dos ciganos que moram no país e expulsar aqueles que não são italianos. Logo após chegar à pasta do Interior, recusou que um navio, o Aquarius, repleto de imigrantes em situações desumanas, atracasse na costa italiana, gerando atrito com outros países do continente, entre

eles a França de Emmanuel Macron.

Saindo da União Europeia, a Turquia, do presidente Recep Tayyip Erdogan, que governa o país desde 2003, aprovou no ano passado uma mudança na Constituição para concentrar poderes na mão do Executivo como, por exemplo, a possibilidade deste de dissolver o Parlamento, emitir decretos e flexibilizar a duração de mandatos, o que torna possível a ele permanecer no poder até 2029. Além disso, atualmente a Turquia é o país que mais prende jornalistas, ao todo 143 segundo seus sindicatos e, sobre isso, o presidente chegou a dizer que não era possível ter democracia com veículos de imprensa livres.

Indo um pouco mais longe, as Filipinas são comandadas desde 2016 por Rodrigo Duterte que, assim como seu congênere brasileiro, aposta em uma retórica militarista e de tolerância zero na segurança. Em uma de suas inúmeras falas, afirmou que perdoaria aqueles policiais que, durante o trabalho, matassem traficantes ou usuários de drogas. Também possui uma admiração sombria pelo período de ditadura militar que passou o país e, em relação a isso, chegou a afirmar que só haveria mudanças se agisse como ditador. O resultado foi que, desde sua posse, doze mil suspeitos foram executados sumariamente, segundo a ONG Human Rights Watch.

A onda em que Bolsonaro surfa é, portanto, mundial. Por isso, em seu pífio programa de governo, o candidato prioriza relações com os Estados Unidos, Itália e Israel. Respeitando as devidas diferenças históricas entre um país e outro, é o conservadorismo com contornos de autoritarismo e intolerância que está crescendo aqui e em outras regiões o que, em outras palavras, podemos chamar de fascismo. E essa barbárie possui o aval do mercado financeiro que já admitiu gostar da ideia de nosso país passar por um período autoritário para fazer as reformas econômicas que deseja, pois sabem que elas não teriam apoio popular.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção aborda as eleições, tanto no âmbito nacional como no estadual e as proporcionais, destacando o desempenho do PT. Compara os resultados obtidos neste ano aos alcançados em outros, desde 2002, com destaque especial para a região Nordeste, onde o partido obteve seu melhor desempenho.

Eleição presidencial

Nada foi mais importante para o país nesse mês de outubro do que as eleições para presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Marcadas por fatos inusitados, como a recusa do registro da candidatura do ex-presidente mais avaliado do país e líder nas pesquisas de intenção de voto até quarenta dias antes do pleito, Lula foi substituído por Fernando Haddad. A partir daí, o candidato que passou a liderar as pesquisas de intenção de voto, Jair Bolsonaro, foi vítima de uma facada, o que passou a ser motivo para evitar aparições e debates públicos durante toda a campanha eleitoral.

Sem dúvida, essa eleição vai ficar para a história e marca uma época que apresenta novos desafios. Com impugnação de candidatura, confiabilidade das urnas eletrônicas questionada, fake news compartilhadas massivamente nas redes sociais e de modo ilegal, pode-se dizer que a justiça eleitoral falhou e o mais prejudicado foi o eleitor, que chegou ao final da campanha eleitoral munido de informações falsas, sem esclarecimento sobre as

propostas para o Brasil e com o debate político interdito, endógeno e esvaziado.

Em meio a esse cenário, no dia 7 de outubro, mais de 117 milhões de brasileiros foram às urnas para tentar decidir de maneira consciente seu voto no primeiro turno de 2018. O índice de abstenção acompanhou sem grandes distorções o ligeiro aumento que se observa a cada eleição, que, em 2002, foi de 17,74%, recuou para 16,75% em 2006, subiu para 18,12% em 2010, para 19,39% em 2014 e, agora, chegou a 20,33%. O mesmo comportamento regular se observa para a taxa de votos brancos e nulos, que em 2002 foi de 10,39%, em 2006 caiu para 8,41%, em 2010 8,64%, chegou a 9,64% em 2014 e, agora, recuou para 8,78%.

Por fim, o resultado eleitoral do primeiro turno foi de 49.276.990 eleitores, que representam 46% dos votos válidos, para Jair Bolsonaro (PSL), votação insuficiente e que o levou ao segundo turno contra Fernando Haddad (PT), que obteve 31.342.005 votos, 29% dos válidos. A terceira colocação ficou com Ciro Gomes (PDT) que obteve 13.344.366 de votos, 12% dos válidos.

Geraldo Alckmin do PSDB, adversário histórico do PT, que nas cinco últimas eleições presidenciais disputou segundo turno contra o PT, não chegou a 5%, com 5.096.349 de votos, tendo sofrido a maior derrocada.

O candidato do Novo, João Amoedo, estreou nas urnas com uma votação de 2.679.744 de eleitores, 2,5% dos votos válidos. Cabo Daciolo, do Patriotas, obteve 1.348.323 de votos, seguido por Henrique Meireles (MDB), que obteve 1.288.948, e Marina Silva (Rede), com 1.069.577, todos variando em torno de 1% dos votos válidos.

Com menos de 1% dos votos válidos, Álvaro Dias, do Podemos, obteve 859.601 de votos, Guilherme Boulos (Psol) 617.122, Vera (PSTU) 55.762, Eymael (DC) 41.710 e João Goulart Filho (PPL) 30.176 votos.

Pela quarta vez consecutiva, após o primeiro turno o mapa do Brasil ficou dividido na preferência presidencial, com Jair Bolsonaro liderando em dezessete Estados, todos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e na maior parte da região Norte, exceto no Pará. Fernando Haddad venceu em oito dos nove Estados do Nordeste, onde apenas o Ceará ficou fora dessa disputa, dando a vitória a Ciro Gomes.

Governadores eleitos e respectivos partidos

Na disputa pelos governos de Estado, o PT elegeu três governadores em primeiro turno (Bahia, Ceará e Piauí) e foi para segundo turno no Rio Grande do Norte, onde venceu. Tendo eleito quatro governadores, um a menos que na eleição passada, é o partido que terá o governo do maior número de estados do país.

O PSDB governará três estados: São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, dois a menos do que na eleição anterior. O MDB, que governava seis estados passou para três: Alagoas, Distrito Federal e Pará. O PSB também governará três estados, Pernambuco, Paraíba e Espírito Santo, assim como o PSL, que nunca governou, terá três estados sob seu governo: Acre, Roraima e Santa Catarina.

O DEM irá governar dois estados, Mato Grosso e Goiás, assim como o PSC, Rio de Janeiro e Amazonas, e o PSD, Paraná e Sergipe. Já o PDT, de Ciro, que tinha o governo de três estados, sofreu perda

significativa, ficando com apenas um, o Amapá. O Novo, PP, PHS e PCdoB governarão Minas Gerais, Acre, Tocantins e Maranhão, respectivamente.

Proporcionais

No Senado, 32 senadores buscaram reeleição, mas apenas oito conseguiram, sendo a eleição com maior renovação. O PT elegeu quatro senadores (na Bahia, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul). O PT é também o partido que assume o maior número de cadeiras na Câmara de Deputados, 56, e perde apenas cinco deputados em relação à composição atual.

A segunda maior bancada é a do PSL, partido de Bolsonaro, que conquistou 52 deputados na Câmara. O PP, partido que também ajudou a sustentar o golpe, perdeu doze cadeiras, mas permanece sendo o terceiro principal partido da câmara, com 37 deputados eleitos, seguido pelo PSB, com 34 eleitos, o PR, com 33, o PSB com 32 e o PRB com trinta.

Os partidos que sofreram maiores perdas na Câmara são o PSDB, vinte deputados, reduzindo sua bancada de 49 para 29, e o MDB, de Michel Temer, que sofreu uma significativa perda de dezesseis parlamentares, elegendo 34.

Embora o PT tenha conquistado a maior bancada de deputados federais (56), a oposição terá dificuldades por ser minoria no Congresso. Além do PSL, Bolsonaro também deve contar com o apoio da frente ruralista, bancada da bíblia e da bala. Assim, o núcleo do governo começa fortalecido, com condições de conseguir uma ampla base parlamentar para aprovar projetos de seu interesse.

Os resultados do 2º turno na eleição presidencial

Nessa eleição, portanto, quem assumiu o papel de polarização como o PT foi a extrema-direita, organizada sob a minúscula legenda do PSL, cujo candidato, Jair Bolsonaro venceu as eleições, 57,8 milhões de votos, 55% dos votos válidos. Fernando Haddad do PT, recebeu a votação de mais de 47 milhões de eleitores, o que corresponde a 45 % dos votos válidos.

Fernando Haddad despontou como o principal líder político da oposição neste processo, reunindo

em trono de si o apoio de lideranças de diversos partidos do campo democrático, além de diversos movimentos sociais, frentes populares de esquerda e ganhou o apoio de segmentos antipetistas, que aderiram ao apoio à sua candidatura contra o risco de ameaça e perda da democracia.

O PT perdeu capital eleitoral em comparação a 2014, uma vez que houve variação negativa da votação absoluta da candidatura do partido em quatro das cinco regiões do país. No Norte, o PT havia vencido com 4.394.511 votos em 2014, enquanto Haddad foi votado por 3.932.975, menos que Bolsonaro. No Centro-Oeste, 3.256.695 votaram em Dilma em 2014, número que em 2018 foi de 2.595.426. Em ambas eleições o PT não venceu na região. No Sudeste, a votação caiu de 19.876.033 em 2014 para 15.016.239 em 2018. Já no Sul, em 2014 Dilma foi votada por 6.762.997, enquanto em 2018 Haddad recebeu 5.152.685. Embora perdendo nessas regiões, foi grande a votação de Haddad em determinados municípios de alguns estados.

Haddad obteve ampla votação no Nordeste e, em número absolutos, é a única região em que o PT registrou crescimento. Além disso, o arco de alianças formado na região torna o Nordeste merecedor de um olhar à parte.

As eleições no Nordeste

No segundo turno das eleições presidenciais, a região Nordeste mais uma vez garantiu altíssimos níveis de votação para um candidato do PT. Fernando Haddad teve votação neste ano maior em números absolutos do que a presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff, embora menor em proporção. Haddad venceu em todos os estados da região, garantindo cerca de vinte milhões e trezentos mil votos. A votação no Nordeste para Haddad foi maior do que a soma dos votos obtidos no Sudeste e do Sul.

Em alguns estados, a vitória foi acachapante e Haddad venceu em todos os municípios. É o caso do Piauí, que deu 77,05% dos votos válidos ao candidato petista, mais que o triplo que Bolsonaro; de Sergipe, onde conquistou 67,54% dos votos válidos, e do Ceará, cuja votação foi de 71,11% para ele. Na

Bahia, teve 72,69% dos votos válidos e perdeu para Bolsonaro em apenas quatro municípios, por margem pequena. No Maranhão, outra vitória de Haddad: 73,26% dos votos válidos e derrota em apenas três municípios. Na Paraíba, teve 64,98% dos votos válidos, e só não venceu em três municípios, incluindo a capital João Pessoa. Em Pernambuco recebeu 66,5% dos votos válidos e foi derrotado em apenas um município. No Rio Grande do Norte, vitória de Haddad com 63,41% dos votos válidos e derrota em apenas três municípios, incluindo a capital, Natal. Já em Alagoas, 59,92% dos votos válidos foram para Haddad e ele foi derrotado em oito municípios, incluindo Maceió.

No Nordeste houve também o melhor desempenho do PT e de aliados nas disputas para os governos estaduais. O partido venceu quatro disputas estaduais: Rui Costa, reeleito em primeiro turno na Bahia com 75,70% dos votos válidos; Camilo, reeleito em primeiro turno no Ceará com 79,96% dos votos válidos; Wellington Dias, reeleito em primeiro turno no Piauí, com 55,65% dos votos válidos; e Fátima Bezerra, eleita em segundo turno com 57,60% dos votos válidos.

O PSB venceu duas eleições para governador, com candidatos aliados do PT: em Pernambuco, o governador Paulo Câmara foi reeleito no primeiro turno com 50,70% dos votos válidos; Na Paraíba, João Azevedo, sucessor do governador Ricardo Coutinho, foi eleito em primeiro turno com 58,18% dos votos válidos. No Maranhão, vitória do PCdoB: o governador Flávio Dino foi reeleito em primeiro turno, com 59,29% dos votos, impondo mais uma derrota ao clã Sarney. No Sergipe, o governador Belivaldo Chagas, do PSD, foi reeleito em segundo turno, com 64,72% dos votos. A vice de Belivaldo na chapa vencedora é Eliane Aquino, do PT, atual vice-prefeita de Aracaju. Nas Alagoas, o governador Renan Filho foi reeleito em primeiro turno com 77,30% dos votos. Renan Filho apoiou a candidatura de Haddad e foi apoiado na eleição estadual pelo PT local.

Foi a primeira vez que o PT venceu em todos os estados da região Nordeste, seja com candidaturas próprias ou com aliados. Graças ao Nordeste, o partido é em âmbito nacional o que tem mais

governadores. O PT também reelegeu o senador Humberto Costa em Pernambuco, além de Rogério Carvalho em Sergipe e Jaques Wagner na Bahia. A região também elegeu, ao todo, 21 deputados federais petistas.

Podem ser considerados como principais fatores para uma vitória tão expressiva no Nordeste brasileiro o legado positivo dos governos Lula e Dilma, o sucesso dos governos estaduais do partido, bem avaliados e com políticas públicas que melhoraram a vida das populações nos estados, além do arco de alianças construídas em toda a região, que acarretou em grande apoio de diversos partidos ao candidato Fernando Haddad. Esses três fatores, aliados ao impacto da caravana do ex-presidente Lula pelo Nordeste em 2017, que arregimentou multidões, mostram a importância da região para o país e para o PT.

Em suma, o PT ainda é o maior instrumento de luta do povo brasileiro e continua protagonizando a frente democrática e progressista. Mais do que no Congresso, será preciso fazer oposição social ao governo para barrar algumas propostas, fazendo pressão junto à população e organizações sociais, nas redes e nas ruas.

Há que se saber, entretanto, que espaços os opositores terão para se manifestar nos próximos quatro anos, visto que as posturas e falas agressivas de Jair Bolsonaro sobre petistas e militantes de esquerda poderão se refletir em ações de repressão ou mesmo perseguições a minorias sociais e políticas, para que o governo promova reduções ainda mais drásticas aos já limitados direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro.

SOCIAL



A política de austeridade do Governo Michel Temer e a reforma trabalhista continuam sem conseguir fazer o Brasil crescer e gerar empregos. O alto desemprego, o alto desalento, o crescimento da precarização e da pobreza provam que o Brasil precisa mudar sua política econômica.

A política de austeridade do Governo Michel Temer e a reforma trabalhista continuam sem conseguir fazer o Brasil crescer e gerar empregos. Além do alto desemprego e do aumento do “empreendedorismo”, os brasileiros que ficam desempregados têm desistido cada vez mais cedo de procurar emprego.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), a taxa de desocupação (12,1%) no trimestre de junho a agosto de 2018 caiu (-0,6 ponto percentual) em relação ao trimestre de março a maio de 2018 (12,7%). Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (12,6%), também houve redução (-0,5 p.p.). Apesar da queda, acompanhada também da queda da população desocupada, que chegou a 12,7 milhões no trimestre investigado, a taxa de subutilização segue muito alta: foi de 24,4% no trimestre de junho a agosto de 2018, estável em relação ao trimestre de março a maio de 2018 (24,6%) mas com alta de 0,4 p.p. em relação ao mesmo trimestre móvel de 2017 (24,0%). E a população subutilizada (27,5 milhões) ficou estável frente ao trimestre anterior (27,6 milhões), mas em relação a igual trimestre de 2017 (26,8 milhões), este grupo cresceu 2,8%, um adicional de 756 mil pessoas subutilizadas.

O crescimento da subutilização ao longo dos últimos meses tem ocorrido pela ampliação do de-

salento: as pessoas têm desistido, e cada vez mais rápido, de procurar emprego e entrado no desalento. Segundo a PnadC, o contingente de pessoas desalentadas (4,8 milhões) no trimestre de junho a agosto de 2018 ficou estável em relação ao trimestre anterior, mas, em relação ao mesmo trimestre de 2017 (4,2 milhões), houve alta (13,2%). Ou seja, em um ano, seiscentas mil pessoas entraram no desalento, deixando de contar nas estatísticas de desocupação, e nesse mesmo período quatrocentas mil pessoas deixaram a desocupação. Ou seja, para a redução da desocupação tem sido muito importante a ampliação do desalento, o que não é uma notícia boa para a sociedade brasileira.

Sobre a população ocupada, esta chegou a 92,1 milhões, 1,2 milhão de pessoas a mais em relação ao trimestre móvel anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (91,1 milhões), houve alta de 1,1%. Porém, esse crescimento tem sido puxado, fundamentalmente, pelo crescimento do emprego sem carteira e conta própria, o que na verdade tem sido a tônica do governo Temer.

Percebe-se que essa queda da desocupação se deve a um aumento da precarização (empregos sem carteira e conta própria) e do desalento. Sobre os brasileiros desocupados que desistem de procurar emprego (desalentados), estudo do Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os desalentados no Brasil são, preponderantemente, mulheres, nordestinas, pouco escolarizadas e jovens. Ainda, enquanto no início de 2016 pouco mais de 14% dos que transitavam do desemprego para a inatividade o faziam por conta do desalento, no segundo trimestre de 2018 essa proporção atingiu 22,4%. Esse dado indica que a permanência no desemprego por um período longo está fazendo com que uma parcela cada vez maior dos desocupados desista de procurar emprego.

Para os autores da análise, a queda da desocupação ocorrida nos últimos meses se deve mais à retração da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada: “as maiores quedas da desocupação foram motivadas pela retração da oferta de mão de obra, não pela expansão do emprego”. Também vem crescendo a parcela de desempregados cujo tempo de procura por emprego é maior que dois anos. No segundo trimestre de 2018, esse percentual foi de 24%, superior ao registrado nos mesmos trimestres de 2017 (22%) e 2016 (20%). Ainda, o principal aumento da população ocupada vem do setor informal. Por outro lado, dados do Caged indicam que em agosto de 2018 houve a criação de 110 mil postos de trabalho e em setembro 137 mil.

E sobre o aumento do “empreendedorismo”, os meios de comunicação têm mostrado um recorde na criação de empreendimentos no primeiro semestre de 2018 (1,2 milhão). No entanto, as análises mostram que esse aumento do empreendedorismo se deve a pequenos empreendimentos montados por trabalhadores que perderam o emprego e não conseguiram nova colocação no mercado de trabalho, ou seja, é um “empreendedorismo” por falta de opção.

Soma-se a esse quadro de precarização as críticas ocorridas durante a campanha eleitoral ao 13º salário e a férias como sendo anomalias que só existem no Brasil, por parte do candidato à vice-presidência, General Mourão. Segundo o general, tais direitos seriam fruto de uma visão social com o chapéu dos outros (no caso, para ele, do empresariado). Nesse momento de crise econômica, alto desemprego e desalento, há uma espécie de autorização tácita para criticar ainda mais os direitos trabalhistas e afirmar que é preciso escolher entre “ter me-

nos direitos e emprego, ou ter todos os direitos e não ter emprego”.

Mas os argumentos em destaque no debate político de ataque aos direitos trabalhistas não são novos. Existem desde antes de se debater a criação de direitos trabalhistas no Brasil. O 13º salário por exemplo é um direito adquirido em 1962. Já a primeira lei de férias no Brasil é de 1925 (quase cem anos e volta a sofrer ataques agora). Como é exemplificado aqui, em 1928, o recém fundado Centro Industrial do Estado de São Paulo (Ciesp) alegava que o cumprimento da lei de férias e do Código de menores rebaixavam excessivamente os lucros das pequenas e médias indústrias. Já a Fiesp alegava, na mesma época, que os operários ficariam “vadios, ociosos, entregues aos vícios” com as férias e que o trabalho manual não seria fatigante por ser mecânico e repetitivo e que as férias “só se justificam aos trabalhadores de comércio e dos escritórios, cujo serviço, de natureza intelectual, leva a mente à exaustão”. Citam ainda a Henry Ford: “Não poderis fazer maior mal a um homem do que permitir que folgue nas horas de trabalho”. Outro relatório, da Diretoria e Conselho Fiscal do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de algodão (1927 e 1928), aponta que as férias seriam um desperdício de dinheiro a ser aplicado no “revigoramento das forças vivas da nação”.

Resultados da política de austeridade

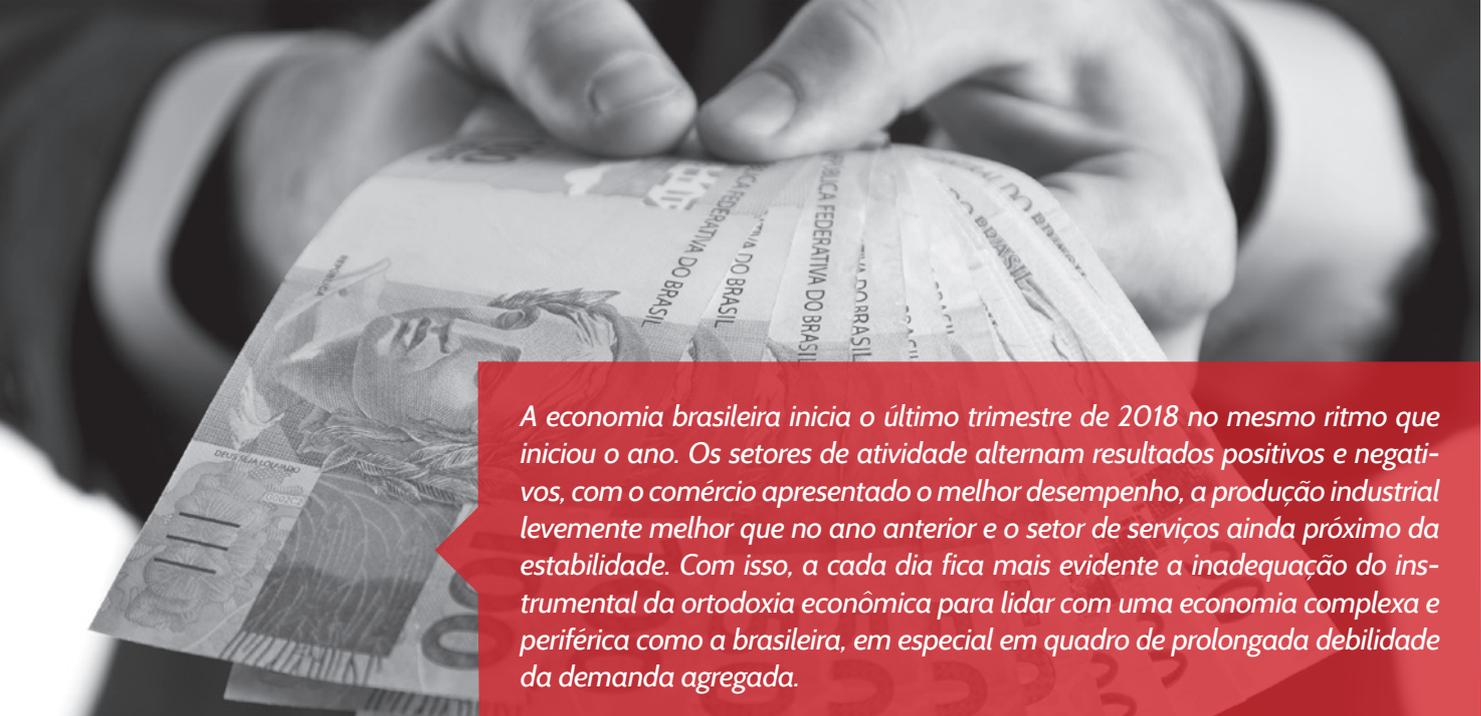
Além da crise no mercado de trabalho, exemplificada pelos dados aqui explicitados, a austeridade fiscal provocou um crescimento da pobreza extrema (miséria). Segundo dados da consultoria Tendências, a partir de 2015, com a implementação da austeridade fiscal, ampliou-se o número de famílias na miséria. São consideradas pelo estudo em situação de extrema pobreza famílias com renda domiciliar per capita abaixo de 85 reais (valores de 2017).

A extrema pobreza cresceu em todo o país de 3,2% em 2014 para 4,8% em 2017, maior patamar em pelo menos sete anos, conforme dados da consultoria. Estados como Bahia, Piauí e Sergipe dobraram ou quase dobraram o número de famílias na miséria. Segundo o estudo, das 27 unidades da federação, 25 tiveram piora da miséria entre 2014 e 2017.

Os dados mostram que insistir nessa mesma política de austeridade não tem surtido efeito positivo para os milhões de brasileiros que dependem da renda de seu trabalho. Para voltar a gerar trabalho, renda e crescimento econômico, é preciso mudar. Em outras palavras, como resposta a uma crise que foi gerada pela austeridade fiscal, alguns sugerem

como solução ampliar a austeridade. É quase como se, para curar uma pessoa de envenenamento, a medicação sugerida fosse tomar mais veneno. O problema é que durante anos repete-se o mantra nos meios de comunicação de que houve um excesso de gastos no Brasil e de que é preciso com urgência cortar gastos.

ECONOMIA



A economia brasileira inicia o último trimestre de 2018 no mesmo ritmo que iniciou o ano. Os setores de atividade alternam resultados positivos e negativos, com o comércio apresentado o melhor desempenho, a produção industrial levemente melhor que no ano anterior e o setor de serviços ainda próximo da estabilidade. Com isso, a cada dia fica mais evidente a inadequação do instrumental da ortodoxia econômica para lidar com uma economia complexa e periférica como a brasileira, em especial em quadro de prolongada debilidade da demanda agregada.

Nível de Atividade

O país chegou ao período eleitoral com a economia ainda patinando e o quadro social extremamente degradado. Apesar das inúmeras declarações de ufanismo do mercado e dos seus ministros no comando da economia do governo Temer, a produção brasileira continua em um patamar cerca de 4% abaixo daquele que se verificava em 2014.

Os dados dos diferentes indicadores de atividade divulgados ao longo deste mês de outubro – a maior parte deles referentes ao mês de agosto – reforçam a perspectiva de uma variação do PIB muito fraca em 2018, com um crescimento anual que deverá ficar muito próximo daquele registrado no ano passado (+1%). Ou seja, em termos de PIB per capita continuamos estagnados pelo segundo ano consecutivo.

Os resultados apurados na passagem de julho para agosto apontam, no geral, para um leve crescimento da atividade econômica. Os dois principais indicadores antecedentes de que dispomos no Brasil registraram variação positiva: o “monitor do PIB”, calculado pela FGV, apontou uma oscilação de 0,2%, enquanto o IBC-Br do Banco Central o crescimento mensal foi um pouco mais elevado alcançando 0,47% (ambos os números já depurados dos

efeitos sazonais) – infelizmente, por conta da crise dos combustíveis ocorrida em maio, o comparativo entre as médias trimestrais perdeu significância e não permite uma boa interpretação do pulso da economia no trimestre encerrado em agosto.

Na análise setorial, fundada nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o mês de agosto também revela pequena melhora, com dois setores apresentando crescimento e outro uma queda. O comércio varejista, por exemplo, que cresceu 1,3% no comparativo com o mês de julho, recuperou grande parte da queda acumulada desde o mês de maio (1,5%) e voltou se aproximar do patamar de abril, mês anterior à paralisação dos caminhoneiros. Entre os segmentos do varejo que puxaram o resultado de agosto para cima, os destaques foram as atividades do comércio de tecidos, vestuários e calçados (+5,6%) e de combustíveis e lubrificantes (+3,0%). Apenas as vendas de livros, jornais, revistas e papelaria registraram variação negativa de 2,5% no mês de agosto.

Ainda no que se refere ao desempenho das atividades do varejo, cabe salientar que o volume de vendas do comércio varejista ampliado (que inclui o comércio de veículos automotores e de matérias de construção civil) cresceu sensivelmente no mês

de agosto (+4,2%), levando a um avanço acumulado de 6,4% desse indicador nos últimos doze meses - em grande medida por influência dos bons resultados da venda de veículos automotores (+14,6%).

Já no setor de serviços o crescimento observado pela Pesquisa Mensal de agosto frente ao mês imediatamente anterior foi de 1,2%, depois de alguns meses registrando fortes oscilações. Com o resultado de agosto, o setor de serviços ainda está 11,5% abaixo do ponto mais alto da série histórica da pesquisa (PMS), alcançado em novembro de 2014. O segmento de transportes foi a principal influência positiva do setor (+3,2%) no mês de agosto, acompanhado de crescimentos um pouco mais modestos das atividades de serviços administrativos e complementares (2,2%) e de outros serviços (1,0%).

Entretanto, quando se olha para as estatísticas da produção industrial mensal (PIM), observa-se uma queda de 0,3% na passagem de julho para agosto. Com isso, o setor acumulou uma queda nos dois últimos meses (julho e agosto) que alcançou 0,4%, registrando pela primeira vez no ano dois recuos mensais consecutivos. Das 26 atividades industriais pesquisadas, mais da metade (14) teve queda no mês de agosto. Entre as que tiveram maior impacto nesse desempenho negativo do setor industrial, destacaram-se as atividades de petróleo e biocombustíveis (-5,7%), de bebidas (-10,8%), extrativas (-2,0%) e de produtos alimentícios (-1,3%).

No acumulado ao longo dos oito primeiros meses de 2018, a produção industrial ficou 1,1% abaixo do patamar de dezembro do ano anterior. Entre as causas do mau desempenho, o IBGE apontou a insuficiência da demanda agregada, o grande número de trabalhadores fora do mercado de trabalho e também os impactos da queda do comércio externo relacionado à crise argentina.

Inflação e política monetária

Os preços que são acompanhados pelo IPCA-15 (IBGE) e que foram coletados nos primeiros quinze dias de outubro apontam para um repique inflacionário que alcançou 0,58% na quadrissemana, depois de terem variado apenas 0,09% na mesma medição de setembro. Tal resultado vem a rebo-

que de uma elevação mais intensa dos preços no atacado que tem se refletido em elevação do IGP-M (0,97% na segunda prévia de outubro). Entre os principais grupos que pressionaram o nível geral de preços, destacam-se os setores de transportes (+1,65% em outubro) e de alimentos (+0,44%)

Já os preços dos produtos industriais encerraram o mês de setembro com uma expressiva elevação de 2,93%, decorrência direta da desvalorização do real nos últimos meses e da trajetória ascendente dos preços administrados que, de acordo com as estimativas do Boletim Focus (BC) devem fechar 2018 com uma elevação de 7,9%.

Por conta dessa leve tendência de elevação das taxas de inflação, a opinião média dos analistas do mercado é de que o Banco Central deverá elevar a taxa Selic para 8% no próximo ano. Com isso, considerando que os mesmos analistas projetam uma inflação média de 4,22% (IPCA) no ano de 2019, o Brasil deverá permanecer entre os países que pagam as maiores taxas básicas de juros em termos reais - hoje somos o quinto, mas provavelmente deveremos disputar o terceiro lugar com a Rússia, ficando abaixo apenas das calamitosas economias da Argentina e Turquia, respectivamente primeiro e segundo lugar.

Comércio Exterior

Apesar das fortes oscilações da taxa de câmbio observadas ao longo deste ano, o comércio exterior brasileiro segue em ritmo bastante estável, com uma tendência de leve diminuição do total exportado e de pequena ampliação das importações. De acordo com os últimos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, até a terceira semana de outubro as exportações acumuladas no ano totalizavam 194,631 bilhões de dólares e as importações, 145,730 bilhões, com saldo positivo de 48,900 bilhões. A se manter essa tendência nos últimos dois meses do ano, o país deverá terminar 2018 com um saldo comercial próximo de 55,2 bilhões de dólares, o que representará uma contração de doze bilhões em relação ao ano anterior. Entre as razões desse desempenho menos expressivo, cabe destacar a redução da produção agrícola que deverá fechar a safra 2017/2018 cerca de 5% abaixo do que foi registrado na safra de 2016/2017.

Contas Públicas

Os últimos dados disponíveis sobre as contas públicas revelam que no mês de agosto o governo central registrou um déficit primário de 20,9 bilhões de reais, o qual foi em parte compensado pelo superávit primário de 3,4 bilhões de reais alcançado pelo conjunto de estados e municípios. Como as empresas estatais também registraram um superávit de 592 milhões, o resultado primário do setor público consolidado em agosto foi deficitário em 16,9 bilhões de reais, portanto bastante superior ao que havia sido registrado no mês anterior (3,4 bilhões).

Quando são acrescentadas ao cálculo as despesas com juros da dívida pública (60,1 bilhões de reais apenas em agosto) o resultado chega a um déficit nominal de 77 bilhões, o pior resultado mensal desde dezembro de 2016, provocado em grande medida pela mais elevada despesa com juros desde janeiro de 2016 - entre as principais razões desse expressivo volume de gastos com juros, destaca-se a despesa de 28,6 bilhões de reais com as operações de venda de swaps cambiais para evitar uma flutuação ainda mais intensa da taxa de câmbio (importante destacar que essa despesa, embora agrave o resultado nominal, é mais do que compensada pela valorização das reservas internacionais do país).

No acumulado de doze meses, o déficit nominal

do setor público consolidado atingiu 7,45% do PIB em agosto de 2018, consequência de um resultado primário de 1,25% do PIB e da apropriação de juros nominais da ordem de 6,20% do PIB.

Com o resultado de agosto, acrescido do aumento do valor da dívida externa que foi provocado pela desvalorização do real, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) chegou a 5,2 trilhões de reais, o que representa 77,33% do PIB - o segundo mais elevado da série histórica, inferior apenas ao que foi registrado no último mês de junho (77,35%). Já quando se observa o comportamento da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) o resultado do mês de agosto alcançou 51,2% do PIB, reforçando uma tendência cadente que teve início em março de 2018.

Em termos sintéticos, pode-se dizer, portanto, que apesar do alarido que é repercutido na imprensa (em especial no período eleitoral) tanto os indicadores da dívida pública brasileira quanto do déficit público, embora relativamente elevados, não indicam uma trajetória explosiva nem uma crise fiscal iminente. Pelo fato de possuímos um volume expressivo de reservas (aproximadamente 5% do PIB), as discrepâncias entre a DBGG e a DLSP devem ser consideradas quando se quer avaliar a solvência do setor público brasileiro, bem como os impactos associados ao carregamento das reservas e da gestão da taxa de câmbio.

TERRITORIAL



O estudo compara o desempenho eleitoral de PT e do PSL no primeiro turno das eleições presidenciais. Os resultados apontam melhor performance de Haddad em municípios de pequeno porte, além de associar seu comportamento eleitoral com variáveis socioeconômicas predominantes nos municípios, tais como emprego, escolaridade e nível de pobreza.

Eleições e condições socioeconômicas nos municípios

O olhar regional proveniente do resultado da última eleição presidencial tem sido alvo de debate na sociedade. Este estudo visa contribuir para a discussão ao comparar o desempenho dos candidatos à presidência da república do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Social Liberal (PSL) no primeiro turno das eleições de 2018 segundo as condições socioeconômicas dos municípios brasileiros.

Em síntese, o estudo busca mensurar associações estatísticas entre o resultado eleitoral e as seguintes variáveis: Emprego, Pobreza, Analfabetismo e Escolaridade. As bases de dados utilizadas foram as informações do Tribunal Superior Eleitoral sobre o primeiro turno da eleição presidencial de 2018 e os dados

do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O primeiro turno e as regiões

Os resultados das eleições do primeiro turno mostraram um total de 107 milhões de votos válidos. Destes, 49,2 milhões foram para o candidato do PSL (46%), 31,3 milhões para o candidato do PT (29,3%) e 26,4 milhões para os demais candidatos (24,7%). Fernando Haddad conseguiu melhor desempenho na região Nordeste, onde obteve mais de 50% dos votos. Nas demais regiões do país, Jair Bolsonaro obteve melhor desempenho.

Tabela 1 – Distribuição dos votos válidos segundo regiões geográficas

REGIÃO (%)	Haddad	Bolsonaro	Outros	Total
CENTRO-OESTE	20,8	57,7	21,6	100,0
NORDESTE	50,6	25,9	23,5	100,0
NORTE	36,8	43,4	19,8	100,0
SUDESTE	19,2	53,2	27,6	100,0
SUL	19,8	57,4	22,8	100,0
TOTAL	29,3	46,0	24,7	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018

Resultado por tamanho dos municípios e capitais

O Brasil possui 5.570 municípios que participaram do processo eleitoral. Destes, o candidato Fernando Haddad (PT) obteve mais de 50% dos votos em 2.006 cidades. Enquanto Jair Bolsonaro (PSL) obteve mais de 50% dos votos em 1.910 municípios.

Ao observar o desempenho eleitoral segundo o tamanho dos municípios percebe-se um comportamento distinto entre os candidatos do PT e PSL. Fernando Haddad teve melhor performance nos municípios

pequenos e obteve 47,4% dos votos conquistados naqueles com até cinquenta mil habitantes, o correspondente a 14,8 milhões de votos.

Por outro lado, Bolsonaro conquistou mais votos nos municípios de porte médio e grande, o que inclui as capitais do país. O PSL se desempenhou melhor em cidades acima de quinhentos mil habitantes, onde obteve 32,8% dos seus votos – o que significou 16,1 milhões de votos. O candidato também conseguiu 18,1% dos votos em cidades de médio porte, equivalente a 8,9 milhões.

Tabela 2 – Votos válidos segundo tamanho dos municípios

Tamanho do município	Nº - em milhões de votos		% de votos	
	Bolsonaro	Haddad	Bolsonaro	Haddad
Até 50 mil	13,1	14,8	26,7	47,4
De 50 a 100 mil	5,5	4	11,2	12,8
De 100 a 200 mil	5,5	2,7	11,2	8,7
DE 200 a 500 mil	8,9	3,3	18,1	10,6
Mais de 500 mil	16,1	6,4	32,8	20,5
Total	49,1	31,2	100,0	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2018

No que se refere ao resultado das eleições nas capitais, nota-se vitória do Haddad em Salvador, São Luis e Teresina – todas pertencentes à região Nordeste. Por sua vez, o candidato do PSL venceu em 23 capitais, reforçando a tendência de melhor desempenho em cidades de maior porte. Fortaleza teve como vencedor o candidato Ciro Gomes (PDT). Vejamos, a seguir, se existiram associações entre o desempenho eleitoral dos candidatos e variáveis socioeconômicas predominantes nos municípios brasileiros.

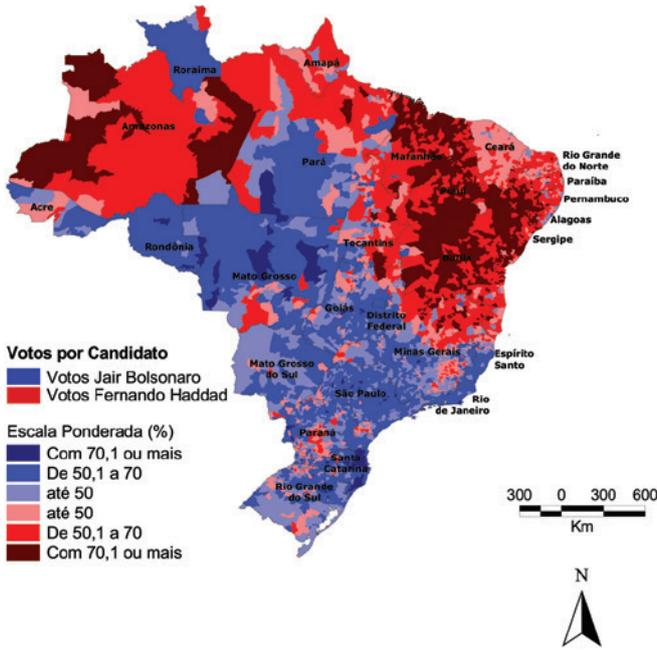
Emprego

O indicador de emprego foi representado pela proporção de trabalhadores com carteira de trabalho as-

sinada e funcionários públicos estatutários na População Economicamente Ativa (PEA). Os mapas a seguir mostram que nos municípios com menor proporção de emprego formal houve melhor desempenho de Fernando Haddad (PT) – sinalizados na cor vermelha e laranja no mapa de emprego. Já o candidato do PSL teve melhor desempenho nos territórios de elevada proporção de empregos formais – sinalizados nas cores verde e amarelo no mapa de emprego.

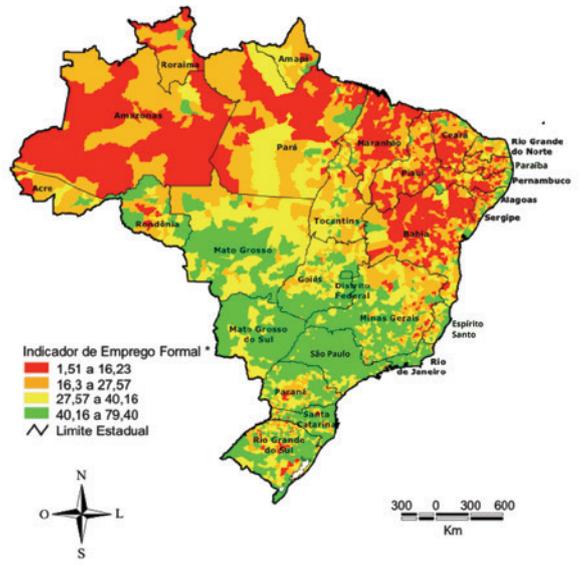
A associação entre o indicador de emprego e o percentual de votos válidos do candidato Fernando Haddad (PT) mostrou um coeficiente de *Pearson* de $-0,710$ e foi considerada de nível elevado, significativa estatisticamente.

**PROPORÇÃO DE VOTOS NA ELEIÇÃO DO 1º TURNO - 2018
CARGO: PRESIDENTE**



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Resultado das Eleições 2018 - 1º Turno - Cargo Presidente

EMPREGO FORMAL - 2010



* Quanto maior o indicador, melhor a condição trabalhista.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

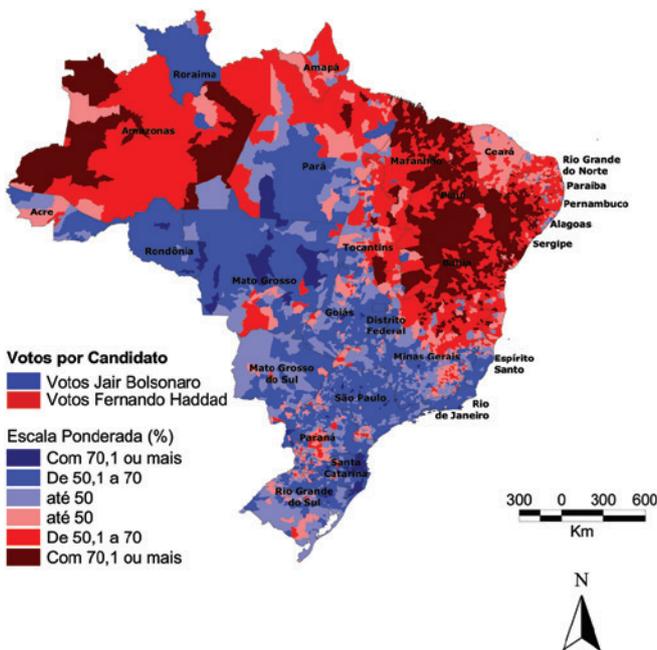
Pobreza

Nesse exercício, a mensuração da pobreza foi representada pela proporção de domicílios com renda igual ou menor de meio salário mínimo. O cruzamento das variáveis sobre proporção de votos válidos do candidato Fernando Haddad e o indicador de pobreza assinalou um coeficiente de 0,856 - considerado uma

correlação de nível elevado e com significância estatística entre os indicadores.

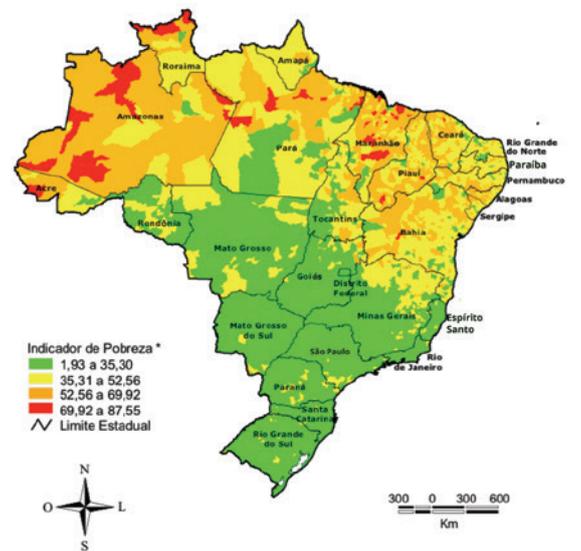
Os mapas a seguir ilustram a correlação verificada, evidenciando especialmente que nos territórios com maior proporção de domicílios em situação de pobreza se notou um melhor desempenho do candidato do PT em relação ao candidato do PSL.

**PROPORÇÃO DE VOTOS NA ELEIÇÃO DO 1º TURNO - 2018
CARGO: PRESIDENTE**



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Resultado das Eleições 2018 - 1º Turno - Cargo Presidente

POBREZA - 2010



* Quanto maior o indicador, melhor a condição trabalhista.

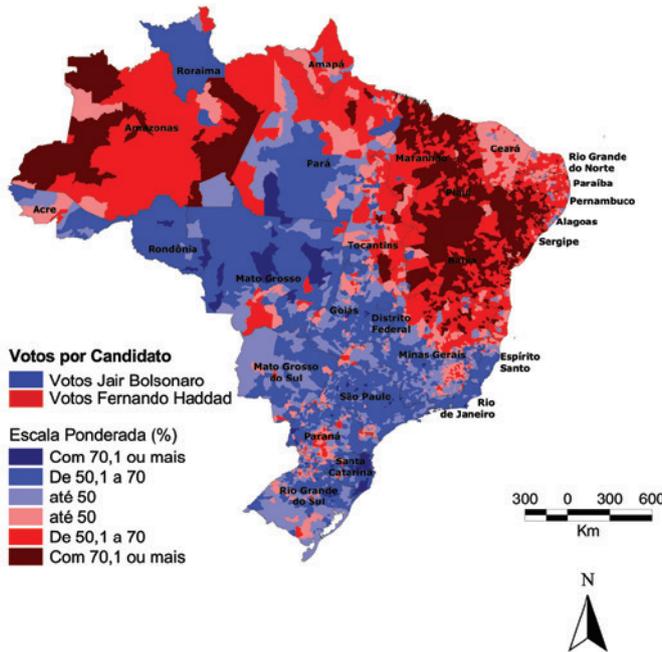
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

Alfabetização

O relacionamento entre o indicador sobre taxa de alfabetização das pessoas de cinco anos ou mais e percentual de votos válidos do candidato Fernando Haddad apontaram um coeficiente de Pearson nega-

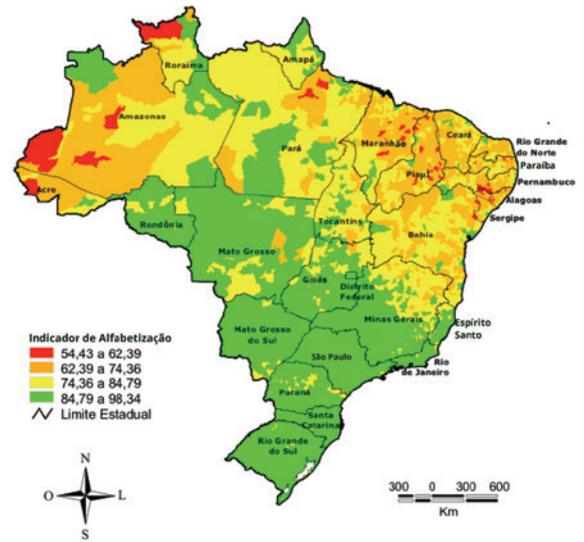
tivo de 0,818 – considerado correlação de nível elevado, significativa estatisticamente entre os dois indicadores. Os mapas a seguir mostram essa questão, indicando espacialmente que municípios com maior proporção de analfabetos também apresentaram maiores ganhos eleitorais para o candidato do PT.

PROPORÇÃO DE VOTOS NA ELEIÇÃO DO 1º TURNO - 2018
CARGO: PRESIDENTE



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Resultado das Eleições 2018 - 1º Turno - Cargo Presidente

ALFABETIZAÇÃO - 2010



* Quanto maior o indicador, melhor a condição trabalhista.

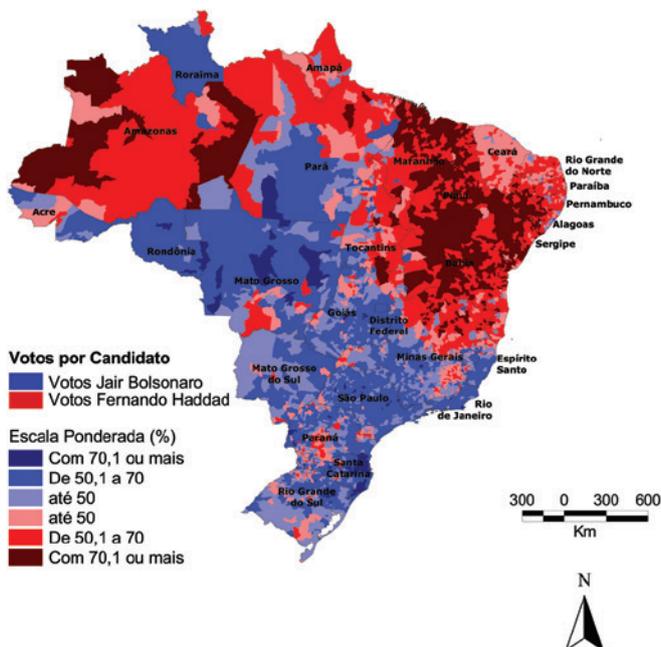
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

Escolaridade

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos municípios brasileiros, optou-se pela mensuração por meio de um indicador sobre a proporção de pessoas com dezessete anos ou mais que concluíram o ensino médio. A associação do indicador de escolaridade e o

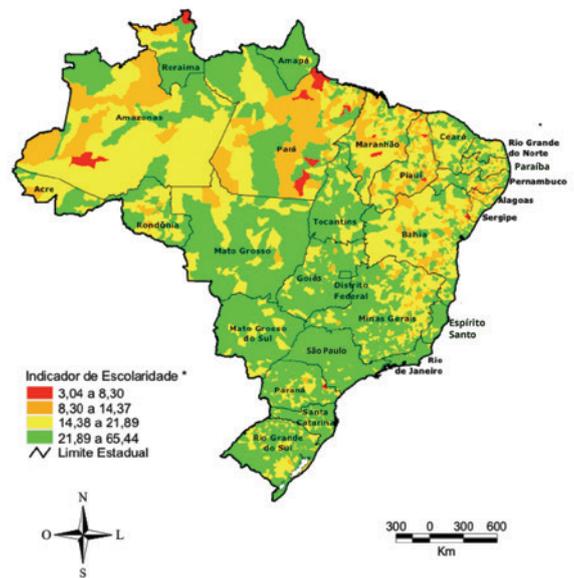
desempenho eleitoral de Fernando Haddad mostraram um coeficiente de Pearson de - 0,650 – considerado de nível médio e com significância estatística entre os indicadores. Os mapas a seguir ilustram que nos territórios com menor proporção da população com 17 anos com ensino médio as vantagens eleitorais para o candidato do PT foram maiores.

PROPORÇÃO DE VOTOS NA ELEIÇÃO DO 1º TURNO - 2018
CARGO: PRESIDENTE



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Resultado das Eleições 2018 - 1º Turno - Cargo Presidente

ESCOLARIDADE - 2010



* Quanto maior o indicador, melhor a condição trabalhista.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

Aspectos metodológicos

Os resultados desse estudo foram apresentados por meio de associações estatísticas e também pela espacialização de indicadores a partir de técnicas de geoprocessamento.

As associações entre desempenho eleitoral e variáveis socioeconômicas foram feitas a partir do método de correlação de Pearson que mede o grau da correlação entre duas variáveis.

Este coeficiente, normalmente representado por ρ assume apenas valores entre -1 e 1.

- $\rho = 1$ Significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis.
- $\rho = -1$ Significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis - Isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui.
- $\rho = 0$ Significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. No entanto, pode existir uma dependência não linear. Assim, o resultado $\rho = 0$ deve ser investigado por outros meios.

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa a imagem do presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, na imprensa internacional, que enfatiza seu caráter racista, machista, homofóbico e o expõe como grande ameaça à democracia no Brasil. Também traz uma síntese dos editoriais dos principais grupos da imprensa tradicional brasileira após a eleição. Fato é que à exceção da repórter Patrícia Campos Mello, que seguiu as pistas e investigou a contratação de empresas para disseminação de notícias falsas já na reta final da campanha, nenhum dos grandes veículos tradicionais do Brasil cumpriu seu papel. A comparação de ambos os posicionamentos leva à constatação óbvia da colaboração da mídia para que o representante da extrema direita tenha chegado à presidência.

Bolsonaro na imprensa estrangeira

Jair Bolsonaro tentaria dizer que todos os jornais estrangeiros, entre os quais os mais importantes do mundo, são como a *Folha de S. Paulo* e só produzem *fake news*. É difícil imaginar que o presidente “infelizmente” eleito tivesse outra saída diante das manchetes, artigos e reportagens publicados em dezenas de veículos mundo afora.

O jornal francês *Le Monde* afirmou que o Brasil elegeu para presidir a República um racista, sexista, homofóbico e defensor da tortura. Uma verdadeira volta ao passado na visão dos franceses. O *New York Times*, vendo a possibilidade de que Bolsonaro vencesse a eleição, decretou que essa seria uma triste escolha do Brasil. O editorial do jornal estadunidense classificou as visões do político como repulsivas e sua carreira parlamentar como obscura. Para o *NY*

Times, ele é o mais recente de uma longa lista de políticos populistas que se aproveitam de uma onda de frustração e desesperança para chegar ao poder defendendo uma agenda conservadora.

Um artigo publicado no *Le Monde* pelos pesquisadores Antoine Aeker, Universidade de Zurique, e Silvia Capanema, Universidade Paris XII, apresenta uma leitura sucinta e completa das eleições no Brasil e que traduz o que os jornais não conseguiram descrever em suas reportagens. Os pesquisadores dizem que a conjunção entre ultraliberalismo e fundamentalismo religioso ganhou força diante da rejeição ao PT, na visão deles influenciada pelos grupos midiáticos, e, também, pela queda da direita tradicional.

Aeker e Capanema vão além e defendem que a eleição trouxe à luz fraturas históricas da sociedade.

de brasileira, a começar pela memória vazia sobre a ditadura militar. Os pesquisadores se dizem impressionados pelo fato de as posições de Bolsonaro sobre ditadura e tortura não serem suficientes para a formação de uma frente republicana contra ele. O artigo ainda conclui que o resultado da eleição desmistifica a imagem de um país mestiço e aberto e mostra que o Brasil tem uma sociedade marcada pelo racismo e por uma fratura social escancarada.

O artigo publicado no jornal francês toca em um ponto fundamental, a influência da mídia tradicional sobre a rejeição que parte da população tem pelo Partido dos Trabalhadores. O processo eleitoral demonstrou como jornalistas buscavam ser implacáveis com Fernando Haddad tentando pressioná-lo devido a casos de corrupção com os quais ele não tinha ligação e como os mesmos jornalistas foram condescendentes com Jair Bolsonaro, em momento algum cobrado sobre as mentiras que utilizou para aumentar o sentimento anti-PT. Um grande exemplo é a mentira sobre o “kit gay”. Apesar de ter levado o exemplar de um livro que nunca circulou nas escolas para dentro de uma entrevista no Jornal Nacional, a emissora e o telejornal nunca cobraram o candidato sobre o feito.

Os oligopólios midiáticos no Brasil têm grande responsabilidade na eleição de Jair Bolsonaro pela distorção da História do Brasil, pelo patrocínio da rejeição ao PT e por colaborarem para a destruição da credibilidade do discurso político, mas também por não permitirem que empresas de comunicação estrangeiras possam operar dentro do país. Se as publicações da *The Economist* e do *Financial Times* fossem levadas em conta pela classe média brasileira, toda essa parcela da sociedade saberia que está “dando um tiro no escuro”.

The Economist publicou mais de um artigo alertando que Bolsonaro é um perigo para a democracia e que ele produz uma perversão do liberalismo. Já o inglês *FT* trouxe a seguinte manchete, “Uma vitória de Bolsonaro colocará a democracia brasileira à prova”. O texto afirma que “quaisquer que sejam as falhas do PT, elas são modestas se comparadas à ameaça potencial representada por Bolsonaro”.

Em momento algum a imprensa tradicional brasileira trouxe para os seus públicos a perspectiva

internacional que é, basicamente, um consenso. É possível citar muitas outras manchetes alarmantes: “Uma ameaça neofascista ronda o Brasil”, do *El País*; “Bolsonaro ameaça o mundo, não apenas a incipiente democracia brasileira”, do *The Guardian*; “Como Bolsonaro encantou as minorias brasileiras – enquanto também as insultava”, do *Washington Post* e “O falso moralista racista do Brasil”, do suíço *Neue Zürcher Zeitung*.

Entre tantas polêmicas geradas por Jair Bolsonaro, o discurso feito para os seus apoiadores na Av. Paulista, em que ele falou em prender ou exilar os “vermelhos”, também deixou os jornais estrangeiros perplexos. Para quem olha de fora, o Brasil acaba de eleger um desequilibrado. Nas palavras do *Le Monde*, “um ilusionista sem escrúpulos”. Esse “ilusionista” escondeu durante a campanha uma de suas grandes maldades, o ataque ao meio ambiente. Alguns jornais estrangeiros chegaram a alertar para a questão que, como sempre, foi convenientemente ignorada pela imprensa brasileira.

Bolsonaro na imprensa tradicional brasileira

No momento, o futuro é incerto até mesmo para os veículos de comunicação brasileiros que não sabem como lidar com Jair Bolsonaro. Ele dribla a imprensa, que atua como intermediária entre a política e a sociedade. Bolsonaro utiliza as redes sociais para se comunicar diretamente com o seu eleitorado. Quando algum jornal ou emissora o desagrada, ele imediatamente põe em xeque a credibilidade do veículo e tenta estabelecer uma “verdade paralela”. O fim dessa ilusão inescrupulosa é uma incógnita.

O editorial publicado pelo jornal *O Estado de S.Paulo* no dia 29, “Salto no escuro”, lamenta a derrota da oposição “tradicional, organizada e responsável” para o obscuro parlamentar. E afirma que “O eleitor escolheu Bolsonaro sem ter a mais remota ideia do que ele fará quando estiver na cadeira presidencial. Não é um bom augúrio, justamente no momento em que o País mais precisa de clareza, competência e liderança”. E conclui que o PT, como principal partido de oposição, terá de repensar sua atuação em benefício do país.

Outro texto publicado pelo jornal no dia 30, “Desarmando os espíritos”, ressalta que tanto Bolsonaro como Haddad baixaram o tom de seus discursos após o anúncio do resultado eleitoral e que isso seria um bom prenúncio. “Felizmente, o presidente eleito fez logo em seguida outro pronunciamento, este sim, dirigido ao conjunto da sociedade - quando então manifestou seu compromisso de ser ‘um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade’”. O texto conclui que “vencido e vencedor parecem ter compreendido que o discurso de ódio, uma vez apurada a vontade soberana da Nação, levaria a uma perigosa ruptura”.

A *Folha de S. Paulo* foi na mesma linha em seu editorial publicado dia 29, “Constituição acima de todos”, no qual escreve que “em seus discursos da vitória, o capitão reformado amainou a retórica agressiva que vinha empregando, dirigiu-se genericamente a ‘todos os brasileiros’ e fez o devido elogio à Constituição, à democracia e às liberdades.”

O texto menciona, porém, que durante 27 anos como deputado e ao longo desta eleição Bolsonaro deu inúmeros sinais de que ignora rudimentos da convivência democrática. E afirma que ele desconhece o papel da imprensa livre.

No dia 30, a *Folha* dedicou seu editorial, “Pequenez na derrota”, a atacar o discurso de Fernando Haddad. “Esteve longe de mostrar a capacidade de liderar uma oxigenação do discurso e das práticas da sigla... Voltaram, previsivelmente, os queixumes contra o impeachment de Dilma e a ‘prisão injusta’ do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.” Criticou também o fato de ele não ter seguido imediatamente o rito de cumprimentar o eleito pela vitória.

O mais otimista foi, como era esperado, o jornal *O*

Globo, que em seu editorial do dia 29, “A hora do rodízio democrático no poder”, afirma que o resultado do pleito serviu para atestar a solidez do estado democrático de direito e consolidá-lo ainda mais. “A eleição de Bolsonaro, ex-capitão do Exército, deputado federal com sete mandatos, abre um novo ciclo na democracia brasileira.”

A Ombudsman da *Folha de São Paulo*, Paula Cesarino Costa, criticou em seu texto publicado em 28 de outubro que o jornal tenha começado a desvendar estratégias eleitorais na internet só na reta final, com a publicação da reportagem sobre a contratação de empresas para disseminar notícias falsas sob o patrocínio de apoiadores de Bolsonaro, o que configura doação ilegal.

Para ela, impressiona que a imprensa tenha sido surpreendida pelo domínio e alcance do uso de redes sociais, inclusive por meio das *fake news*, para atingir os eleitores, já que desde a articulação da greve dos caminhoneiros em maio deste ano já havia se evidenciado a nova forma como os variados estratos da sociedade passaram a conversar entre si. “Uma enxurrada de notícias falsas se fez presente, mas o combate a elas se espalhou. Desde julho, o Facebook removeu ao menos 275 páginas e 172 perfis por inconformidade com as políticas de spam e de autenticidade. Após publicação de reportagem da *Folha*, o WhatsApp baniu centenas de milhares de contas, inclusive a de Flávio Bolsonaro, filho do candidato do PSL à Presidência.”

Ela conclui que “o jornalismo parece não ter aprendido nada com o fracasso dessa cobertura. A imprensa necessita renovar ferramentas para estar à altura do desafio de enfrentar robôs e estruturas especializadas. Tem de criar meios para a investigação profunda de tais procedimentos. Precisa entender melhor o comportamento e o interesse do leitor.”

MOVIMENTOS SOCIAIS



A palavra de ordem após o resultado do processo eleitoral é resistência. Os desafios que os movimentos sociais enfrentarão no próximo período podem se resumir em: defesa da própria existência democrática, defesa dos direitos e construção de um projeto de nação alternativo ao vencedor nas urnas.

Não serão dias fáceis. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro talvez seja a primeira de um presidente após a redemocratização do Brasil em que o próprio eleito precisará ser lembrado das regras do jogo democrático e especialmente do necessário respeito ao resultado do processo eleitoral.

Isso porque o candidato do PSL venceu com menos de 40% dos votos totais, em que se consideram os votos brancos, nulos, as abstenções e os votos em Fernando Haddad. Os significativos 48 milhões de votos em Fernando Haddad representam ainda que há uma parcela significativa da população brasileira que não concorda com o presidente eleito, o que ganha contornos especiais quando analisamos que boa parte desses votos veio da classe trabalhadora e das mulheres jovens do Brasil.

Esse elemento é fundamental para a estratégia dos movimentos sociais no próximo período. Se o candidato petista afirmou diversas vezes que era chegado o momento do partido se reconectar com as periferias, o mesmo se aplica aos movimentos sociais.

A linguagem, a estratégia e, sobretudo, a lógica de ampliação das bases sociais precisa levar em conta que boa parte da população brasileira rejeita as instituições tais quais elas vinham funcionando até 2016. Essa rejeição foi fundamental para dar lastro ao golpe

de Estado perpetrado contra a presidenta Dilma.

Dessa forma, a palavra resistência, chamada como ordem na resolução da Comissão Executiva do PT, bem como no ato já realizado na Avenida Paulista menos de dois dias depois das eleições, aponta para um desafio ainda maior: como seguir conquistando corações e mentes numa sociedade dividida, sofrida e desigual?

O começo dessa resposta parece já aparecer: defendendo direitos dos grupos que mais sofrem com a desigualdade. A tese vencedora das eleições entende que a “defesa das minorias” fragmenta a sociedade e, portanto, se configura como uma ameaça à integridade nacional.

Esse é o mote principal para as ameaças explícitas do governo eleito aos movimentos sociais. E é nesse processo que aglutinar as pessoas e defender um ideal de democracia, liberdade, igualdade e direitos humanos deve ser o centro desse próximo período.

A garantia de reflexões mais aprofundadas nesse processo só ocorrerá na prática efetiva de uma política conciliadora entre a esquerda, os movimentos sociais e o povo brasileiro. A tão avisada ameaça aos direitos do povo cada dia mais se torna uma realidade.

Por esse caminho, a liberdade do ex-presidente Lula e a liderança de Fernando Haddad serão primordiais.

Isso porque esses elementos unem, na mesma disputa, a defesa de garantia dos direitos e de um país com igualdade de oportunidades representada por Lula e a garantia de uma nova voz, ativa e ciente das suas origens, representada por Haddad.

Em um momento de tamanha quantidade de desafios, o resultado das urnas mostrou que o PT continua sendo a grande força que aglutina uma visão de país diferente da que venceu as eleições.

Mas isso só foi possível em razão da capacidade de diálogo e de permeabilidade do partido com os movimentos sociais tradicionais. Essa permeabilidade precisa ser aumentada e expandida para outras forças sociais que se apresentam nesse momento, como as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, os coletivos periféricos de cultura e os coletivos de jovens feministas.

Não há nenhuma roda pra ser inventada, mas há uma clara necessidade de apropriação política, democrática e cultural das pessoas e dos coletivos numa empreitada que pode ser a mais difícil de nossa história. Um

exemplo disso foi o enorme engajamento da classe artística na campanha do segundo turno de Haddad.

Em todos os discursos, era possível perceber a demanda por um sentimento de pertencimento ao projeto, algo que extrapola a linguagem política tradicional, precisa ganhar as ruas e os corações das pessoas.

A criação da “Rede Democrática de Proteção Solidária”, com o lema “Você não está só” constitui uma ideia de proteção em rede de direitos humanos contra violações a liberdades e perseguições políticas. Isso representa não somente uma ideia jurídica, mas especialmente de pertencimento, criação de identidade que atende, ao ser bem executada, a compreensão de que existe uma massa enorme de pessoas que não aceitam o fascismo, o autoritarismo e o pensamento único.

Nas palavras de Fernando Haddad ao final do seu discurso, *“não tenham medo, nós estaremos aqui. Nós estamos juntos. Nós estaremos de mãos dadas com vocês. Nós abraçaremos a causa de vocês. Contem conosco. Coragem, a vida é feita de coragem. Viva o Brasil!”*

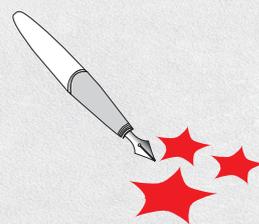


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas). Revisão: Isaías Dalle. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 31 de outubro de 2018.

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br